

TRADUÇÃO

Superação da metafísica pela análise lógica da linguagem*

Rudolf Carnap

1. Introdução
2. O significado de uma palavra
3. Palavras metafísicas sem significado
4. O sentido de uma proposição
5. Pseudoproposições metafísicas
6. A falta de sentido de toda a metafísica
7. Metafísica como expressão de um sentimento vital

1. Introdução

Dos céticos gregos aos empiristas do século XIX, houve muitos *adversários da metafísica*. As objeções levantadas eram de diferentes tipos. Muitos declararam a doutrina da metafísica como *falsa*, pois ela contradiria o conhecimento empírico. Outros a consideraram *incerta*, pois os problemas colocados por ela ultrapassariam os limites do conhecimento humano. Muitos antimetafísicos consideraram *inútil* se ocupar com questões metafísicas; possam elas ser respondidas ou não, é desnecessário se preocupar com essas questões; resta dedicar-se inteiramente às ocupações práticas que se colocam todos os dias aos homens ativos!

Graças ao desenvolvimento da *lógica moderna*, tornou-se possível dar uma resposta nova e mais precisa à questão acerca da validade e da legitimidade da metafísica. As investigações da “lógica aplicada” ou “teoria do conhecimento”, que se colocam a tarefa de clarificar, pela análise lógica, o conteúdo cognitivo das proposições científicas e, com isso, o significado das palavras (“conceitos”) que ocorrem nessas proposições, levam a um resultado positivo e a um resultado

* Publicado originalmente em *Erkenntnis*, 2. Band, 1931, pp. 219-241. Publicado com a permissão da Oxford University Press (Nota do Tradutor - NT).

negativo. O resultado positivo é elaborado no âmbito da ciência empírica; os conceitos particulares dos diferentes ramos da ciência são clarificados; sua conexão lógico-formal e epistemológica é explicitada. No âmbito da *metafísica* (incluindo qualquer filosofia dos valores e qualquer ciência das normas), a análise lógica leva ao resultado negativo, segundo o qual *as supostas proposições desse domínio são completamente sem-sentido (sinnlos)*.¹ Com isso, chega-se a uma superação radical da metafísica, que não era possível do ponto de vista dos antimetafísicos anteriores. É certo que ideias parecidas já se encontravam em muitas considerações anteriores, por exemplo, naquelas de cunho nominalista; mas a realização decisiva só é possível hoje, depois que a lógica, graças a seu desenvolvimento nas últimas décadas, tornou-se uma ferramenta suficientemente precisa.

Quando dizemos que as chamadas proposições da metafísica são *sem-sentido*, esta palavra é tomada no sentido mais estrito possível. Em sentido lato, costuma-se dizer que uma proposição ou questão é sem-sentido quando sua colocação é inteiramente inútil (por exemplo, a questão: “Qual é o peso médio das pessoas em Viena cujo número de telefone termina com ‘3’?”); ou, ainda, quando uma proposição é manifestamente falsa (por exemplo, “Em 1910, Viena tinha 6 habitantes”), ou quando é não apenas empiricamente falsa, mas logicamente falsa, isto é, contraditória (por exemplo, “Duas pessoas A e B são, cada uma delas, um ano mais velhas que a outra”). Proposições desse tipo, ainda que sejam inúteis ou falsas, têm sentido; pois apenas proposições com sentido podem ser separadas (teoricamente) em úteis ou inúteis, verdadeiras ou falsas. Em um sentido estrito, no entanto, *sem-sentido* caracteriza uma sequência de palavras que não constitui uma proposição em uma linguagem determinada. Ocorre que tal sequência de palavras parece ser, à primeira vista, uma proposição; nesses casos, chamamos essa sequência de *pseudoproposição*. Nossa tese, portanto, afirma que as supostas proposições da metafísica se revelam, pela análise lógica, como pseudoproposições.

Uma linguagem consiste em um vocabulário e uma sintaxe, isto é, em um acervo de palavras, que têm um significado, e regras de formação de proposições; essas regras especificam como podem ser formuladas proposições a partir de palavras

1 Embora reconheça explicitamente sua filiação ao *Tractatus logico-philosophicus* de Wittgenstein, Carnap não é fiel à sua terminologia ao não respeitar a distinção wittgensteiniana entre “sem-sentido” (*sinnlos*) e “contrassenso” (*Unsinn*). Nos aforismos 4.461-4.4611 do *Tractatus*, Wittgenstein estabelece essa distinção ao dizer que “tautologia e contradição são sem-sentido (...) não são, porém, contrassensos”. Além disso, sabemos que o *Tractatus*, associa os contrassensos às proposições e questões filosóficas (cf. aforismo 4.003) e as tautologias às proposições da lógica (cf. aforismo 6.1). *Grosso modo*, pode-se dizer que a tautologia, embora seja sintaticamente bem-construída, é sem-sentido, pois não tem condições de verdade (cf. aforismo 4.461), uma vez que “as condições de concordância com o mundo - as relações representativas - cancelam-se mutuamente” (4.462). O contrassenso, diferentemente, é destituído de sentido justamente porque desrespeita a sintaxe lógica da linguagem. Se fosse fiel à terminologia tractariana, Carnap deveria dizer que as supostas proposições da metafísica são contrassensos e não proposições sem-sentido. (NT)

de diferentes tipos. Consequentemente, há dois tipos de pseudoproposições: ou introduz-se uma palavra que erroneamente se acredita ter um significado ou as palavras que ocorrem nelas têm significado, mas são combinadas de uma maneira contrária à sintaxe, de tal forma que elas não produzem sentido algum. Veremos por meio de exemplos que pseudoproposições dos dois tipos ocorrem na metafísica. Em seguida, teremos que examinar quais razões sustentam nossa afirmação de que toda a metafísica consiste em tais pseudoproposições.

2. O significado de uma palavra

Se uma palavra (em uma linguagem determinada) tem um significado, costuma-se também dizer que ela designa um “conceito”; se uma palavra parece ter um significado, mas na verdade não tem, falamos de um “pseudoconceito”. Como explicar o surgimento de um pseudoconceito? Não é verdade que cada palavra foi introduzida em uma linguagem apenas para exprimir algo determinado, de tal modo que desde sua primeira utilização ela tinha um significado determinado? Como pode haver palavras sem significado nas línguas tradicionais? Originalmente, toda palavra (desconsiderando algumas poucas exceções, das quais daremos exemplos posteriormente) tem um significado. No curso do desenvolvimento histórico, uma palavra muda frequentemente de significado. E acontece inclusive de uma palavra perder seu antigo significado, sem ganhar um novo. Desse modo, surge um pseudoconceito.

Em que consiste, afinal, *o significado de uma palavra*? Quais estipulações devem ser feitas no que diz respeito a uma palavra para que ela tenha um significado? (Não importa para nossas considerações se essas estipulações são enunciadas explicitamente, como no caso de algumas palavras e símbolos da ciência moderna, ou se são admitidas tacitamente, como acontece no caso da maior parte das palavras das línguas tradicionais). Em primeiro lugar, a sintaxe da palavra precisa ser fixada, isto é, o modo de ocorrência na forma proposicional mais simples em que ela pode aparecer; chamamos essa forma proposicional de *proposição elementar*. A forma proposicional elementar da palavra “pedra” é, por exemplo, “x é uma pedra”; nas proposições com essa forma, há no lugar de “x” qualquer designação pertencente à categoria das coisas, por exemplo, “este diamante”, “esta maçã”. Em segundo lugar, no que concerne à proposição elementar *P* com a respectiva palavra, é preciso dar uma resposta à seguinte questão, que pode ser formulada de diferentes maneiras:

1. De que proposição *P* é *dedutível*, e quais proposições são dedutíveis de *P*?
2. Sob quais condições *P* deve ser *verdadeira* e sob quais condições, *falsa*?
3. Como se deve *verificar P*?

4. Qual é o *sentido* de *P*?

(1) é a formulação correta; a formulação (2) corresponde ao jargão da lógica; (3) corresponde ao jargão da teoria do conhecimento; (4) corresponde ao jargão da filosofia (fenomenologia). Wittgenstein declarou que aquilo que os filósofos querem dizer com (4) é apreendido por (2): o sentido de uma proposição reside em seu critério de verdade. [(1) é a formulação “metalógica”; uma exposição mais detalhada da metalógica como teoria da sintaxe e do sentido será feita à frente].

No caso de muitas palavras, inclusive no caso da imensa maioria das palavras da ciência, é possível especificar o significado de uma palavra recorrendo a outras palavras (“constituição”, definição). Por exemplo, “‘Artrópodes’ são animais com corpos articulados invertebrados, membros articulados e um exoesqueleto de quitina”. Através disso, está respondida a questão mencionada para a forma proposicional elementar da palavra “artrópode”, a saber, para a forma proposicional “a coisa *x* é um artrópode”; por meio disso, determina-se que uma proposição com essa forma deve ser dedutível das premissas da forma “*x* é um animal”, “*x* é invertebrado”, “*x* tem membros articulados”, “*x* tem um exoesqueleto de quitina”, e que, inversamente, todas estas proposições devem ser dedutíveis daquela proposição. Por meio dessa determinação da dedutibilidade (em outras palavras: do critério de verdade, do método de verificação, do sentido) da proposição elementar sobre “artrópode”, o significado da palavra “artrópode” é fixado. Desse modo, cada palavra da linguagem é reduzida a outras palavras e, em última instância, às palavras que ocorrem nas assim chamadas “proposições observacionais” ou “proposições protocolares”. A palavra recebe seu significado por meio dessa redução.

A questão acerca do conteúdo e da forma das primeiras proposições (proposições protocolares), que ainda não teve nenhuma resposta definitiva, pode ser deixada de lado em nossa discussão. Costuma-se falar na teoria do conhecimento que as primeiras proposições se referem ao “dado”; mas não há nenhum acordo sobre o que se deve considerar como sendo o dado. Às vezes, defende-se a concepção segundo a qual as proposições sobre o dado falam das qualidades sensoriais e afetivas mais simples (por exemplo, “quente”, “azul”, “felicidade” etc.); outros se inclinam para a concepção segundo a qual as primeiras proposições falam de vivências totais e relações de similaridade entre elas; segundo outra concepção, as primeiras proposições falam também de coisas. Independentemente da diversidade destas concepções, é certo que uma sequência de palavras tem um sentido apenas se suas relações de dedução são estipuladas a partir de proposições protocolares, seja esta ou aquela a natureza destas proposições protocolares; do mesmo modo que uma palavra tem um significado apenas se as proposições em que ela pode ocorrer são redutíveis a proposições protocolares.

Uma vez que o significado de uma palavra é determinado por seu critério

(dito de outro modo: pelas relações de dedução de sua proposição elementar, por suas condições de verdade, pelo método de sua verificação), depois de estipulado o critério já não há mais margem para se definir o que se “quer dizer” com a palavra. Não é preciso fornecer nada menos que o critério para que uma palavra obtenha um significado preciso; mas não se pode fornecer nada mais que o critério, pois todo o resto é determinado por ele. O significado está contido implicitamente no critério; resta apenas torná-lo explícito.

Suponhamos, a título de exemplo, que alguém invente a palavra “babigo”² e afirme haver coisas que são babigas e coisas que não o são. Para apreender o significado dessa palavra, colocamos a questão acerca do critério: como se determina, em casos concretos, se uma coisa é babiga ou não? Suporemos inicialmente que aquele que é questionado não tem uma resposta; ele diz que não há nenhuma característica empírica para a babiguidade. Neste caso, nós não permitiremos o emprego dessa palavra. Se aquele que utiliza a palavra, no entanto, diz haver coisas que são babigas e coisas que não são, permanece um mistério eterno ao pobre e finito entendimento humano saber quais coisas são babigas e quais coisas não o são, de modo que consideramos isso um discurso vazio. Mas talvez ele queira nos assegurar que quer dizer algo com a palavra “babigo”. Com isso, apenas tomamos conhecimento do fato psicológico de que ele associa representações e sentimentos quaisquer à palavra. Mas uma palavra não ganha um significado desse modo. Não se estipulou nenhum critério para a nova palavra, de tal modo que as proposições em que ela ocorre não dizem nada, sendo meras pseudoproposições.

Em segundo lugar, suponhamos o caso em que há o critério para uma nova palavra, por exemplo, “bebigo”³; e que a proposição, “Isto é bebigo” é verdadeira se, e somente se, a coisa é quadrada. (Não importa para nossas considerações se esse critério é proposto explicitamente ou se o estipulamos observando em quais casos a palavra é utilizada afirmativamente e em quais casos ela é utilizada negativamente). Diríamos aqui: a palavra “bebigo” tem o mesmo significado da palavra “quadrado”. E nós não permitiremos que aqueles que a utilizam “queiram dizer” algo diferente de “quadrado”; toda coisa quadrada também é, decerto, bebigo, mas isso repousa no fato de que a quadridade é a expressão visível da bebiguidade, e esta é uma propriedade oculta, não perceptível. Nós retrucaríamos que, uma vez estipulado o critério, está estipulado que “bebigo” significa “quadrado” e que já não há liberdade para se “querer dizer” isto ou aquilo com a palavra.

Resumamos brevemente nossas considerações. Seja “*a*” uma palavra qualquer e “*S(a)*” a proposição elementar em que ela aparece. A condição necessária e suficiente para que “*a*” tenha um significado pode ser dada pelas seguintes fórmulas,

2 O termo fictício proposto por Carnap é “babig”. (NT)

3 Neste segundo caso, o termo fictício proposto por Carnap é “bebigo”. (NT)

que no fundo dizem a mesma coisa:

1. As *características empíricas* de “a” são conhecidas.
2. Estipulou-se de quais proposições elementares “S(a)” pode ser *deduzida*.
3. As *condições de verdade* de “S(a)” foram estipuladas.
4. O método de *verificação* de “S(a)” é conhecido.⁴

3. Palavras metafísicas sem significado

Fica patente, pois, que muitas palavras metafísicas não cumprem as condições fornecidas acima, de tal modo que não têm significado.

Tomemos como *exemplo* o termo metafísico “princípio” (enquanto princípio do ser, não enquanto princípio do conhecimento ou axioma). Diferentes metafísicos responderam à pergunta sobre o que seria o “princípio (supremo) do mundo” (ou “das coisas”, “do ser”, “do ente”), por exemplo: a água, o número, a forma, o movimento, a vida, o espírito, a ideia, o inconsciente, a atividade, o bem etc. Para descobrir o significado que a palavra “princípio” tem nessas questões metafísicas, devemos perguntar aos metafísicos sob quais condições a proposição da forma “x é o princípio de y” deve ser verdadeira e sob quais condições ela deve ser falsa; em outras palavras, perguntamos pela nota característica ou pela definição da palavra “princípio”. O metafísico responde mais ou menos da seguinte forma: “x é o princípio de y” deve significar “y surge de x”, “o ser de y reside no ser de x”, “y existe por causa de x” etc. Essas palavras, porém, são ambíguas e indeterminadas. Elas geralmente têm um significado claro; por exemplo, nós dizemos de uma coisa ou de um evento y que ele “surge” de x se observamos que coisas ou eventos do tipo y frequentemente ou sempre se seguem daquelas do tipo x (relação causal no sentido de sucessão regular). Mas o metafísico nos diz que não fala dessa relação empírica constatável; caso contrário, suas teses metafísicas seriam simples proposições empíricas do mesmo tipo que as da física. A palavra “surgir” não deve ter aqui o significado de uma relação de sucessão temporal e condicional que ela normalmente tem. No entanto, nenhum critério para outro significado é fornecido. Consequentemente, não existe de maneira alguma o suposto significado “metafísico” que a palavra deveria ter por oposição ao significado empírico. Se pensarmos no significado original da palavra “princípio” (e da palavra grega correspondente “ἀρχή”), notamos o mesmo processo de desenvolvimento. A palavra é destituída explicitamente do significado original

⁴ Sobre a concepção lógica e epistemológica em que nossa exposição se baseia, mas que só pode ser indicada aqui, cf. Wittgenstein, *Tractatus logico-philosophicus*, 1922; Carnap, *Der logische Aufbau der Welt*, 1928; Waismann, *Logik, Sprache, Philosophie* (em preparação). [O livro de Waismann, cuja publicação havia sido anunciada na revista *Erkenntnis*, é fruto de suas conversações com Wittgenstein no período de 1929-1936. O livro foi concluído por volta de 1938, mas, no ano seguinte, sua publicação foi cancelada, permanecendo inédito até 1965. Cf. Baker, G. (1997). “Preface to the second edition”. In: Waismann, F. *The principles of linguistic philosophy*. London: Macmillan. (NT)]

de “início”; ela já não deve significar o que é primordial no tempo, mas o que é primordial sob outra perspectiva, especificamente metafísica. Os critérios para essa “perspectiva metafísica” não são fornecidos. Nos dois casos, a palavra é destituída de seu significado anterior sem que ganhe outro; ele permanece uma concha oca. Diferentes representações de um período anterior ainda estão associadas a elas; elas se vinculam a novas representações e sentimentos nos contextos em que ela é agora utilizada. Mas uma palavra não tem significado em função disso; e ela permanece sem significado até que se possa indicar um método de verificação.

Outro exemplo é a palavra “Deus”. No caso dessa palavra, desconsiderando as variantes de seu uso no interior de um dado domínio, devemos distinguir o uso linguístico em três diferentes casos ou períodos históricos, que, no entanto, se sobrepõem temporalmente. No uso *mitológico* da linguagem, a palavra tinha um significado claro. Às vezes, designavam-se com esta palavra (assim como com as palavras equivalentes de outras línguas) os seres corpóreos que habitavam o Olimpo, o céu ou o mundo subterrâneo, dotados de força, sabedoria, bondade e felicidade em maior ou menor grau de perfeição. Outras vezes, a palavra designava seres espirituais, que não tinham um corpo humano, mas que de alguma forma se revelavam nas coisas e processos do mundo visível e, por isso, eram empiricamente constatáveis. No uso *metafísico* da linguagem, ao contrário, “Deus” designa algo supra-empírico. A palavra foi explicitamente despojada do significado de um ser corporal ou de um ser espiritual encarnado. E, como não foi dado nenhum novo significado, ela se tornou sem significado. No entanto, tudo se passa como se a palavra “Deus” tivesse um significado mesmo no âmbito da metafísica. Mas as definições que são apresentadas se revelam pseudodefinições em um exame mais detido; elas conduzem ou a cadeias de palavras logicamente inadmissíveis (das quais se falará adiante) ou a outras palavras metafísicas (por exemplo, “fundamento originário”, “o absoluto”, “o incondicionado”, “o autônomo”, “o auto-suficiente” etc.), mas em nenhum caso as definições levam às condições de verdade de suas proposições elementares. No caso dessa palavra, nem mesmo a primeira exigência da lógica é satisfeita, isto é, da forma da proposição elementar em que ela ocorre. A proposição elementar deveria ter aqui a forma “x é um Deus”; o metafísico ou recusa completamente essa forma, sem apresentar outra, ou, quando a admite, não especifica a categoria sintática da variável x. (Categorias são, por exemplo: corpos, propriedades de corpos, relações entre corpos, números etc.).

No que concerne à palavra “Deus”, entre o uso mitológico e o uso metafísico da linguagem, há o *uso teológico da linguagem*. Aqui, não há nenhum significado próprio, mas oscila-se entre aqueles dois empregos. Muitos teólogos têm um conceito de Deus claramente empírico (na nossa designação, mitológico). Nesse caso, não há pseudoproposição; mas o inconveniente para o teólogo consiste em que as

proposições da teologia são proposições empíricas e, por isso, o juízo pertence à ciência empírica. No caso de outros teólogos, impõe-se claramente o uso metafísico da linguagem. No caso de outros tantos, o uso linguístico não é claro, seja porque eles seguem ora este, ora aquele uso, seja porque eles se valem de expressões que não são claramente apreensíveis e que oscilam entre os dois lados.

Assim como os exemplos examinados, “princípio” e “Deus”, os outros termos são, em sua maior parte, *termos especificamente metafísicos sem significado*, por exemplo, “ideia”, “o absoluto”, “o incondicionado”, o “infinito”, “o ser do ente”, “o não-ser”, “coisa em si”, “espírito absoluto”, “espírito objetivo”, “essência”, “ser em si”, “ser em si e para si”, “emanação”, “manifestação”, “cisão”, “o eu”, “o não-eu” etc. Com essas expressões, ocorre o mesmo que ocorria com a palavra “babigo” no exemplo inventado anteriormente. O metafísico nos diz que não pode indicar condições de verdade empíricas; quando ele acrescenta que, não obstante, “quer dizer” algo com tal palavra, sabemos que ele se refere apenas a representações e sentimentos acompanhando a palavra, por meio das quais ela não obtém nenhum significado. As supostas proposições metafísicas contendo tais palavras não têm sentido, não dizem nada, são meras pseudoproposições. Consideraremos posteriormente a questão de como explicar seu surgimento histórico.

4. O sentido de uma proposição

Até aqui consideramos pseudoproposições em que ocorre uma palavra sem-significado. Há ainda um segundo tipo de pseudoproposições. Elas consistem em palavras com significado combinadas de tal modo que não resulta nenhum sentido. A sintaxe de uma linguagem especifica quais combinações de palavras são admissíveis e quais são inadmissíveis. Mas a sintaxe gramatical das linguagens naturais não cumpre inteiramente a tarefa de excluir combinações de palavras sem-sentido. Tomemos como exemplo as duas sequências de palavras seguintes:

1. “César é e”
2. “César é um número primo”

A sequência de palavras (1) é formulada contrariamente à sintaxe; a sintaxe requer que haja no terceiro lugar não um conectivo, mas um predicado, isto é, um substantivo (com artigo) ou um adjetivo. A sequência de palavras “César é um general”, por exemplo, é formulada de acordo com a sintaxe; ele é uma sequência de palavras dotada de sentido, uma proposição genuína. Mas a sequência de palavras (2) é formulada igualmente de acordo com a sintaxe, pois ela tem a mesma forma gramatical da proposição mencionada. (2) é, no entanto, sem-sentido. “Número primo” é uma propriedade de números; ela não pode nem ser atribuída a uma

pessoa nem ser negada dela. Como (2) parece uma proposição, mas não é, não diz nada, não exprime nem um estado de coisas existente nem um estado de coisas inexistente, chamamos essa sequência de palavras de “pseudoproposição”. Como a sintaxe gramatical não é violada, é-se tentado à primeira vista a adotar a opinião errônea de que se trata de uma proposição, ainda que se trate de uma proposição falsa. “*a* é um número primo”, porém, é falsa se e somente se *a* é divisível por um número natural diferente de *a* e de 1; aqui, “*a*” não pode evidentemente ser substituído por “César”. O exemplo foi escolhido para que a falta de sentido fosse facilmente notada; no caso de muitas das chamadas proposições metafísicas não é fácil reconhecer que são pseudoproposições. Que seja possível formular na linguagem comum uma sequência de palavras sem-sentido sem ferir as regras da gramática mostra que a sintaxe gramatical, considerada do ponto de vista da lógica, é insuficiente. Se a sintaxe gramatical correspondesse exatamente à sintaxe lógica, não poderia haver nenhuma pseudoproposição. Se a sintaxe gramatical distinguisse não apenas as categorias de substantivo, adjetivo, verbo, conjunção etc., mas fizesse também distinções lógicas necessárias no interior dessas categorias, não poderiam ser formuladas pseudoproposições. Se os substantivos, por exemplo, fossem divididos em mais categorias de palavras, conforme designem corpos, números etc., as palavras “general” e “número primo” pertenceriam a categorias de palavras diferentes, e (2) seria tão contrária à gramática quanto (1). Nessa linguagem corretamente formulada, todas as sequências de palavras sem-sentido seriam, portanto, do mesmo tipo que o exemplo (1). Elas seriam, com isso, excluídas automaticamente pela gramática; isto é, não seria preciso atentar para o significado das palavras individuais a fim de evitar a falta de sentido, mas apenas para as categorias de palavras (a “categoria sintática”, por exemplo: coisa, propriedade de coisa, relação de coisas, número, propriedade de números, relação de números etc.). Se nossa tese de que as proposições da metafísica são pseudoproposições for correta, a metafísica não poderia ser expressa em uma linguagem formulada de modo logicamente correto. Daí a grande importância filosófica da tarefa de formular uma sintaxe lógica, na qual trabalham atualmente os lógicos.

5. Pseudoproposições metafísicas

Gostaríamos agora de indicar alguns exemplos de pseudoproposições metafísicas, nas quais é possível reconhecer claramente que a sintaxe lógica é violada, embora a sintaxe gramatical tradicional seja respeitada. Escolhemos algumas frases da doutrina metafísica que exerce atualmente a maior influência na Alemanha.⁵

⁵ As citações seguintes (grifos no original) são extraídas de: M. Heidegger, “Was ist Metaphysik?”, 1929. Poderíamos igualmente ter extraído passagens de qualquer outro dos inúmeros metafísicos

Investigado deve ser apenas o ente e mais - *nada*; somente o ente e além dele - *nada*; unicamente o ente e para além disto - *nada*. *Que acontece com este nada? (...) Há o nada apenas porque há o não, isto é, a negação? Ou ocorre o contrário? Existe a negação e o não apenas porque há o nada? (...) Nós afirmamos: o nada é mais originário que o não e a negação (...)* Onde procuramos o nada? Onde encontramos o nada? (...) Nós conhecemos o nada. (...) *A angústia torna manifesto o nada. (...)* Diante de que e por que nós nos angustiávamos não era ‘propriamente’ - *nada*. De fato: o próprio nada - enquanto tal - estava aí. (...) *O que acontece com o nada? (...) O próprio nada nadifica.*

A fim de mostrar que a possibilidade de formação de pseudoproposições repousa sobre uma falha lógica da linguagem, propomos o esquema abaixo. As proposições em I estão isentas de objeções tanto gramatical quanto logicamente, sendo, portanto, dotadas de sentido. As proposições em II (com exceção de B 3) estão em perfeita analogia com as proposições em I. A forma proposicional II A (pergunta e resposta) não satisfaz, porém, as exigências de uma linguagem logicamente correta. Ela é, apesar disso, dotada de sentido, uma vez que pode ser traduzida em uma linguagem correta; isso é mostrado pela proposição III A, que tem o mesmo sentido de II A. A inadequação da forma proposicional II A se mostra no fato de que, a partir dela e por meio de operações gramaticais irrepreensíveis, podemos chegar às formas proposicionais sem-sentido II B, que foram extraídas da citação acima. Essas formas não podem sequer ser formuladas na linguagem correta da coluna III. Entretanto, sua falta de sentido não é notada à primeira vista, uma vez que somos iludidos facilmente pela analogia com as proposições dotadas de sentido de I B. O erro de nossa linguagem constatado aqui reside em que, ao contrário de uma linguagem logicamente correta, ela permite a identidade formal entre sequências de palavras dotadas de sentido e sem-sentido. A toda proposição verbal está associada uma fórmula correspondente na notação da lógica; essas fórmulas permitem reconhecer de modo particularmente claro a analogia inadequada entre I A e II A e as formas sem-sentido II B, engendradas por ela.

do presente ou do passado; apesar de as passagens escolhidas parecerem ilustrar de modo particularmente claro nossa concepção. [A tradução das passagens de Heidegger é uma versão levemente modificada da seguinte tradução para o português: Heidegger, M. (2008). “O que é metafísica?”. In: *Marcas do caminho*. Tradução de Enio Paulo Giachini e Ernildo Stein; revisão da tradução de Marco Antônio Casanova. Petrópolis: Vozes. (NT)]

I. Proposições da linguagem comum dotadas de sentido	II. Surgimento de proposições sem-sentido a partir de proposições da linguagem comum dotadas de sentido	III. Linguagem logicamente correta
A. O que há lá fora? $f(?)$ Lá fora, há chuva $f(Ch)$	A. O que há lá fora? $f(?)$ Lá fora, não há nada. $f(N)$	A. Não há (não existe, não se encontra) nada que esteja lá fora. $\sim (\exists x).f(x)$
B. O que acontece com essa chuva? (Isto é: o que faz a chuva? Ou: o que mais pode ser dito sobre essa chuva?) $?(Ch)$ 1. Conhecemos a chuva. $c(Ch)$ 2. A chuva chove. $ch(Ch)$	B. “O que acontece com esse nada?” $?(N)$ 1. “Nós procuramos o nada” “Nós encontramos o nada” $c(N)$ “Nós conhecemos o nada” 2. “O nada nadifica” $n(N)$ 3. “Há o nada apenas porque...” $ex(N)$	B. <i>Todas essas formas não podem ser construídas.</i>

Ao examinar mais precisamente as pseudoproposições de II B, outras diferenças se revelam. A formação das proposições (1) reside simplesmente no erro de empregar a palavra “nada” como nome de um objeto, pois ela costuma ser empregada na linguagem comum dessa forma para formular uma proposição existencial negativa

(ver II A). Em uma linguagem correta, entretanto, não é um *nome* particular, mas uma determinada *forma lógica* que serve a esse propósito (ver III A). Na proposição II B 2, aparece algo novo, a saber, a formação da palavra destituída de significado “nadificar”; a proposição é sem-sentido, portanto, por uma dupla razão. Nós dissemos anteriormente que as palavras destituídas de significado da metafísica normalmente surgem do fato de que uma palavra dotada de significado se torna destituída de significado na metafísica pelo emprego metafórico. Aqui, porém, temos diante de nós um dos poucos casos em que é introduzida uma nova palavra que não tem significado desde o início. A proposição II B 3 deve ser igualmente rejeitada por uma dupla razão. O erro em empregar a palavra “nada” como nome de um objeto vai de par com o da proposição anterior. Além disso, ela encerra uma contradição. Pois mesmo que fosse legítimo introduzir a palavra “nada” como nome ou caracterização de um objeto, a existência seria negada a esse objeto em sua definição, ao passo que ela seria novamente atribuída na proposição (3). Se já não fosse sem-sentido, essa proposição seria, pois, um contrassenso.

Tendo em vista os erros lógicos grosseiros que encontramos nas proposições II B, poderíamos supor que, no artigo citado, a palavra “nada” deva ter um significado completamente diferente. E essa suposição se fortalece ao lermos ali que a angústia torna manifesto o nada, que na angústia o nada está aí enquanto tal. Aqui, a palavra “nada” parece dever designar certa disposição afetiva, talvez de cunho religioso, ou algo que esteja na base de tal disposição. Fosse esse o caso, os erros lógicos indicados nas proposições II B não ocorreriam. Mas o início da citação acima mostra que essa interpretação não é possível. A combinação de “apenas” e de “e mais nada” mostra claramente que a palavra “nada” tem o significado usual de uma partícula lógica, que serve para expressar uma proposição existencial negativa. Dessa introdução da palavra “nada”, segue-se imediatamente a questão fundamental do artigo: “Que acontece com este nada?”.

Nossa desconfiança de que talvez tenhamos interpretado equivocadamente é completamente dissipada quando notamos que o autor do artigo tem perfeita clareza de que suas questões e suas sentenças contradizem a lógica. “*Pergunta e resposta* são, no que diz respeito ao nada, igualmente *contraditórias* em si mesmas (...) A regra fundamental do pensamento a que comumente se recorre, o princípio de não-contradição, a ‘*lógica*’ geral, destrói essa pergunta”. E tanto pior para a lógica! Devemos derrubar seu reinado: “Se assim se rompe o poder do entendimento no campo da interrogação acerca do nada e do ser, então também se decide, com isto, o destino do domínio da ‘*lógica*’ no interior da filosofia. A própria ideia de ‘*lógica*’ *dissolve-se* no redemoinho de uma interrogação mais originária”. Estará, porém, a ciência sóbria de acordo com uma interrogação contrária à lógica? Mesmo quanto a isso, a resposta já está dada: “A aparente sobriedade e superioridade da ciência

transforma-se em ridículo, se não leva a sério o nada”. Encontramos, pois, uma boa confirmação para nossa tese; um metafísico chega aqui, ele próprio, à constatação de que suas perguntas e respostas não se conciliam com a lógica e o modo de pensar da ciência.

A distinção entre nossa tese e aquela dos *antimetafísicos anteriores* agora é clara. A metafísica não é para nós “pura fantasia” ou “*fábula*”. As proposições de uma *fábula* não contradizem a lógica, mas apenas a experiência; elas são inteiramente dotadas de sentido, ainda que falsas. A metafísica não é “superstição”; pode-se acreditar em proposições verdadeiras ou falsas, mas não em sequências de palavras sem-sentido. As proposições metafísicas não podem sequer ser consideradas como “*hipóteses de trabalho*”; pois é fundamental para uma hipótese a relação dedutiva com proposições empíricas (verdadeiras ou falsas), e precisamente isso falta às pseudoproposições.

Para salvar a metafísica, será levantada, considerando a chamada *limitação da faculdade de conhecimento humana*, a seguinte *objeção*: as proposições metafísicas não podem ser verificadas pelo homem ou mesmo por um ser finito; mas elas podem ser consideradas talvez como conjecturas sobre aquilo que poderia ser respondido por um ser com faculdades de conhecimento superiores ou mesmo perfeitas, e enquanto conjecturas, elas ainda assim seriam dotadas de sentido. Contra essa objeção, fariamos a seguinte consideração. Se o significado de uma palavra não pode ser especificado, ou a sequência de palavras é formulada contrariamente à sintaxe, já não há uma questão. (Que se pense, por exemplo, nas pseudoquestões: “Esta mesa é babiga?”, “O número sete é sagrado?”, “São os números pares ou os números ímpares os mais escuros?”). Ali onde não há uma questão, nenhum ser onisciente pode responder. Aquele que objeta dirá talvez: assim como alguém dotado de visão pode comunicar um conhecimento novo a um cego, um ser superior talvez possa nos comunicar um conhecimento metafísico, por exemplo, que o mundo visível é a manifestação de um espírito. Aqui, deveríamos refletir sobre o que “conhecimento novo” significa. Podemos sempre imaginar que encontramos animais que nos relatam sobre um novo sentido. Se esses seres tivessem provado o teorema de Fermat ou tivessem inventado um novo instrumento físico ou tivessem estipulado uma lei natural até então desconhecida, nosso conhecimento teria sido enriquecido com sua ajuda. Pois nós podemos provar tais coisas, assim como um cego pode compreender e provar toda a física (e, com isso, todas as proposições de alguém dotado de visão). Se, no entanto, os supostos seres nos disserem algo que não podemos verificar, também não poderemos compreender isso; não se tratará para nós de uma informação, mas de meros sons vocais sem sentido, ainda que sejam acompanhados de associações de ideias. Por meio de um outro ser, conheça ele mais ou menos ou tudo, nosso conhecimento pode ser apenas qualitativamente ampliado, mas não pode se tratar

de um conhecimento, em princípio, de outro tipo. O que é incerto para nós pode se tornar mais certo com o auxílio de outro ser; mas aquilo que é incompreensível para nós é sem-sentido, não pode se tornar dotado de sentido com o auxílio de outro ser, mesmo que ele tenha o conhecimento. Portanto, nenhum deus e nenhum diabo podem nos proporcionar uma metafísica.

6. A falta de sentido de toda a metafísica

Os exemplos de proposições metafísicas que analisamos foram todos tirados de um único artigo. Mas os resultados valem de modo semelhante, em parte literalmente, para outros sistemas metafísicos. Quando tal artigo cita uma frase de Hegel com aprovação (“O puro ser e o puro nada são, portanto, o mesmo”), ele o faz com pleno direito. A metafísica de Hegel tem, de um ponto de vista lógico, exatamente o mesmo caráter que encontramos naquela metafísica moderna. E o mesmo vale inclusive para os outros sistemas metafísicos, ainda que sua expressão verbal e, com isso, o tipo de erros lógicos se distancie mais ou menos daquele dos exemplos discutidos.

Não seria necessário aduzir aqui outros exemplos para a análise de proposições metafísicas particulares de diferentes sistemas. Indiquemos apenas os tipos de erros mais frequentes.

Provavelmente, a maior parte dos erros lógicos cometidos em pseudoproposições repousam sobre os defeitos lógicos que se prendem ao uso da palavra “*ser*” em nossa língua (e das palavras correspondentes nas outras línguas, ao menos, na maior parte das línguas européias).⁶ O primeiro erro é a ambiguidade da palavra “*ser*”; às vezes, ela é utilizada como cópula antes de um predicado (“Eu sou esfomeado”), às vezes, como a indicação de existência (“Eu sou”). Esse erro é agravado pelo fato de que os metafísicos frequentemente não são claros acerca dessa ambiguidade. O segundo erro reside na forma do verbo no segundo significado, o de *existência*. Por meio dessa forma verbal, tem-se a ilusão de um predicado ali onde não há nenhum. Sabe-se há muito tempo que a existência não é uma propriedade (cf. a refutação de *Kant* da prova ontológica de Deus). Mas apenas a lógica moderna é completamente consequente a esse respeito: ela introduz o sinal de existência em uma forma sintática tal que ele não pode se vincular a sinais para objetos, mas apenas a um predicado (cf., por exemplo, proposição III A na tabela acima). A maior parte dos metafísicos desde a Antiguidade se deixou enganar pela forma verbal e predicativa da palavra “*ser*”, chegando a pseudoproposições, por exemplo, “Eu sou”, “Deus é”.

⁶ Com a expressão “nossa língua”, Carnap se refere à língua alemã, mas o paralelo com a língua portuguesa pode ser mantido desde que se traduza o verbo alemão “*sein*” (e suas flexões) pelo verbo “*ser*” (e suas flexões), e não pelo verbo “*estar*”. Por essa razão, os exemplos de Carnap, “*Ich bin*” e “*Ich bin hungrig*”, foram vertidos por “Eu sou” e “Eu sou esfomeado”. (NT)

Encontramos um exemplo desse erro no “*cogito, ergo sum*” de *Descartes*. Desconsideremos aqui completamente as reservas acerca do conteúdo que foram levantadas contra a premissa - se a proposição “Eu penso” é a expressão adequada do estado de coisas em questão ou se inclui talvez uma hipóstase - e consideremos as duas proposições apenas do ponto de vista lógico-formal. Notamos aí dois erros lógicos essenciais. O primeiro está na conclusão “Eu sou”. O verbo “ser” é tomado aqui sem dúvida no sentido de existência; pois uma cópula não pode ser usada sem predicado; o “Eu sou” de *Descartes* foi entendido neste sentido. Com isso, essa proposição vai de encontro à regra lógica mencionada acima de que a existência só pode ser afirmada em ligação com um predicado, não em ligação com um nome (sujeito, nome próprio). Uma proposição existencial não tem a forma “*a existe*” (como tem aqui “eu sou”, isto é, “eu existo”), mas “existe algo de tal e tal tipo”. O segundo erro reside na passagem de “eu penso” para “eu existo”. Se for deduzida da proposição “ $P(a)$ ” (“*a* tem a propriedade *P*”) uma proposição existencial, a existência só pode ser afirmada em relação ao predicado *P*, não em relação ao sujeito *a* da premissa. De “Eu sou europeu”, não se segue “Eu existo”, mas “Existe um europeu”. De “Eu penso”, não se segue “Eu sou”, mas “Existe algo pensante”.

O fato de que nossas línguas expressam a existência por meio de um verbo (“ser” ou “existir”) não é, em si mesmo, um erro lógico, mas apenas inadequado, perigoso. É se facilmente levado pela forma verbal à concepção errônea de que a existência é um predicado; chega-se, assim, às formulações logicamente errôneas e, por isso, sem-sentido, como acabamos de examinar. Formas como “o ente”, o “não-ente”, que há muito têm desempenhado um papel importante na metafísica, têm a mesma origem. Em uma linguagem logicamente correta, essas formas não podem ser formuladas. Parece que, no latim e no alemão, talvez por influência do modelo grego, as formas “ens” e “seiend” foram introduzidas especialmente para uso dos metafísicos; desse modo, a linguagem foi logicamente deteriorada, embora se acreditasse melhorar uma série de coisas.

Outra violação muito frequente da sintaxe lógica é a chamada “confusão de esferas” dos conceitos. Enquanto o erro mencionado acima consiste em que um sinal com significado não-predicativo é empregado como um predicado, aqui um predicado é empregado como predicado, mas como predicado de uma outra “esfera”; há uma violação das regras da chamada “teoria dos tipos”. Um exemplo artificial é a proposição considerada anteriormente: “César é um número primo”. Nomes próprios e numerais pertencem a esferas lógicas distintas e, conseqüentemente, também predicados de pessoas (“general”) e predicados de números (“número primo”). O erro da confusão de esferas não é, diferentemente do uso linguístico mencionado do verbo “ser”, exclusivo da metafísica, mas aparece frequentemente na linguagem cotidiana. Mas, neste caso, ele raramente conduz à falta de sentido; a ambigüidade

das palavras em relação às esferas é tal que pode ser facilmente evitada.

Exemplo: 1. “Esta mesa é maior que aquela”. 2. “A altura desta mesa maior que a altura daquela”. A palavra “maior” é empregada em (1) como relação entre objetos, e empregada em (2) como relação entre números, logo, para duas categorias sintáticas distintas. O erro não é importante aqui; ele poderia, por exemplo, ser eliminado ao se escrever “maior₁” e “maior₂”; “maior₁” é, então, definido a partir de “maior₂”, na medida em que a forma proposicional (1) é explicada como tendo o mesmo significado que a forma (2) (e algumas outras semelhantes).

Como a confusão de esferas na linguagem cotidiana não causa nenhum dano na linguagem cotidiana, não se costuma dar atenção a ela. Isso se adéqua ao uso ordinário da linguagem, mas teve consequências danosas na metafísica. Foi-se levado aqui, seguindo o hábito na linguagem cotidiana, a confusões de esferas que já não podem, ao contrário daquelas da linguagem cotidiana, ser traduzidas em uma forma logicamente correta. Pseudoproposições desse tipo se encontram particularmente com frequência, por exemplo, em Hegel e Heidegger, que emprestou, juntamente com muitas particularidades do idioma hegeliano, muitos de seus equívocos lógicos. (Por exemplo, propriedades que devem se aplicar a objetos de um certo tipo, são aplicadas, ao invés disso, a uma propriedade desses objetos ou ao “ser” ou ao “ente” ou a uma relação entre esses objetos).

Depois de termos descoberto que muitas proposições metafísicas são sem-sentido, levanta-se a questão sobre se há um estoque de proposições dotadas de sentido na metafísica, que permaneceriam após termos eliminados as proposições sem-sentido.

A partir de nossos resultados até aqui, poder-se-ia chegar à conclusão de que há na metafísica muitos perigos de se cair na falta de sentido e de que, se quisermos praticar metafísica, devemos nos esforçar para evitar cuidadosamente esses perigos. Mas, na realidade, o fato é que não pode haver proposições metafísicas dotadas de sentido. Isso decorre da tarefa que a metafísica se coloca: ela pretende encontrar e exprimir um conhecimento que não é acessível à ciência empírica.

Dissemos anteriormente que o sentido de uma proposição reside no método de sua verificação. Uma proposição afirma apenas o que nela é verificável. Portanto, uma proposição, se afirma algo, só pode afirmar um fato empírico. Algo que em princípio residiria para além da experiência não poderia ser dito, nem pensado, nem questionado.

As proposições (dotadas de sentido) se dividem nos seguintes tipos: primeiramente, há proposições que são verdadeiras apenas em razão de sua forma (“tautologias” segundo Wittgenstein; elas correspondem, mais ou menos, aos “juízos analíticos” de Kant); elas não afirmam nada sobre a realidade. A esse tipo pertencem as fórmulas da lógica e da matemática; elas próprias não são enunciados factuais, mas

servem para a transformação de tais enunciados. Em segundo lugar, há as negações de tais proposições (“contradições”); elas são contraditórias, portanto, falsas em razão de sua forma. Para todas as demais proposições, a decisão acerca de sua verdade ou falsidade reside nas proposições protocolares; elas são, pois, *proposições empíricas* (verdadeiras ou falsas) e pertencem ao domínio da ciência empírica. Se quisermos formular uma proposição que não pertença a esses tipos, ela será automaticamente sem-sentido. Como a metafísica não pretende afirmar proposições analíticas nem cair no domínio da ciência empírica, ela deve necessariamente ou empregar palavras para as quais não se pode especificar nenhum critério e que são, portanto, vazias de significado ou combinar palavras dotadas de significado de tal modo que não resulta nem uma proposição analítica (ou contradição) nem uma proposição empírica. Em ambos os casos, resultam necessariamente pseudoproposições.

A análise lógica decreta, com isso, a falta de sentido de todo suposto conhecimento que pretende ir além ou aquém da experiência. Esse veredito atinge, primeiramente, toda metafísica especulativa, todo suposto conhecimento resultante do *pensamento puro* ou da *intuição pura*, que acredita poder passar ao largo da experiência. Mas o veredito diz respeito também àquela metafísica que, partindo da experiência, pretende conhecer, por meio de *inferências* particulares, *o que está fora ou atrás da experiência* (isto é, ele diz respeito, por exemplo, à tese neovitalista de uma “enteléquia” atuando nos processos orgânicos, que não pode ser apreendida fisicamente; à questão acerca da “essência do nexos causal” para além da constatação de determinadas regularidades da sucessão; ao discurso da “coisa em si”). Além disso, o veredito vale também para toda *filosofia dos valores ou das normas*, para toda ética ou estética enquanto disciplina normativa. Pois a validade objetiva de um valor ou de uma norma não pode (inclusive segundo a concepção dos filósofos dos valores) ser verificada empiricamente ou ser deduzida de proposições empíricas; ela não pode, pois, ser dita (por meio de uma proposição dotada de sentido). Dito de outro modo: ou se especifica critérios empíricos para “bom” e “belo” e os demais predicados das ciências normativas ou não. Uma proposição com um predicado desse tipo será, no primeiro caso, um juízo de fato empírico, mas não um juízo de valor; no segundo caso, ela será uma pseudoproposição; uma proposição que exprimisse um juízo de valor não pode de modo algum ser formulada.

O veredito da falta de sentido atinge, por fim, também aquelas correntes que se costuma chamar impropriamente de teoria do conhecimento, a saber, o *realismo* (na medida em que ele pretende afirmar mais do que a descoberta empírica, isto é, que os eventos mostram uma certa regularidade por meio da qual é dada a possibilidade de aplicação do método indutivo) e seus adversários: o *idealismo* subjetivo, o solipsismo, o fenomenalismo, o positivismo (no antigo sentido).

Mas o que resta, então, para a filosofia se todas as proposições que podem

ser afirmadas são de natureza empírica e pertencem à ciência do real? O que resta não são proposições nem teoria, nem sistema, mas apenas *um método*, a saber, o método de análise lógica. No que precedeu, mostramos a aplicação desse método em seu uso negativo: ele serve aqui para a eliminação de palavras destituídas de significado, de pseudoproposições sem-sentido. Em seu uso positivo, ele serve para a clarificação de conceitos e proposições dotados de sentido, para a fundamentação lógica da ciência do real e da matemática. Aquela aplicação negativa do método é necessária e importante na atual situação histórica. Mas a aplicação positiva é mais fecunda, inclusive na prática atual; entretanto, não podemos entrar em detalhes aqui. A tarefa mencionada da análise lógica, a investigação dos fundamentos, é o que entendemos por “filosofia científica” em oposição à metafísica; a maior parte das contribuições nesta revista pretendem realizar essa tarefa.

A questão acerca do caráter lógico das proposições que obtemos como resultado da análise lógica, por exemplo, as proposições deste artigo e de outros artigos lógicos, pode ser respondida aqui apenas indicando que tais proposições são, em parte, analíticas, em parte empíricas. Essas proposições sobre proposições e partes proposicionais pertencem, em parte, à *metalógica* pura (por exemplo, “Uma sequência que consiste em um sinal de existência e um nome de objeto é sem-sentido”), em parte, à metalógica descritiva (por exemplo, “A sequência de palavras em tal e tal passagem de tal e tal livro é sem-sentido”). A metalógica será tratada em outro lugar; ali será mostrado que a metalógica, que fala das proposições de uma linguagem, pode ser formulada nessa própria linguagem.

7. Metafísica como expressão de um sentimento vital

A afirmação de que as proposições da metafísica são completamente sem-sentido, não dizem nada, causará um sentimento de estranheza mesmo naquele que concorda intelectualmente com nossos resultados: teriam, de fato, tantos homens de diferentes tempos e povos, entre eles, cabeças eminentes, despendido tanto esforço ou mesmo fervor na metafísica, ainda que ela não consistisse senão em meras palavras ordenadas sem-sentido? E seria compreensível que essas obras exercessem tamanho efeito nos leitores e ouvintes, ainda que contivessem não erros, mas nada sequer? Essas reservas se justificam na medida em que a metafísica, de fato, contém algo; só que isso não é um conteúdo teórico. As (pseudo) proposições da metafísica *não servem para a representação de estados de coisas*, nem de estados de coisas existentes (pois seriam proposições verdadeiras) nem de estados de coisas inexistentes (pois seriam proposições falsas); elas servem *para expressar um sentimento vital*.

Talvez possamos supor que a metafísica se originou do *mito*. A criança está com raiva da “mesa malvada” que a atingiu; o primitivo se esforça para satisfazer o

ameaçador demônio do terremoto ou ele venera em gratidão a divindade da chuva caudalosa. Temos diante de nós personificações de fenômenos naturais, que são a expressão quase poética da relação emocional do homem com o ambiente. A herança do mito aparece, por um lado, na poesia, que produz e eleva conscientemente o efeito da mitologia para a vida; por outro lado, na teologia, na qual a mitologia é desenvolvida em um sistema. Qual é o papel histórico da metafísica? Talvez possamos ver nela o substituto da teologia no nível do pensamento sistemático, conceitual. As fontes (supostamente) sobrenaturais do conhecimento da teologia são substituídas aqui por fontes naturais, mas (supostamente) supra-empíricas, do conhecimento. Em um olhar mais detido, reconhece-se na roupagem modificada o mesmo conteúdo do mito: descobrimos que inclusive a metafísica surge da necessidade de trazer à expressão o sentimento vital, a postura segundo a qual o homem vive, a atitude sentimental e volitiva em relação ao ambiente, aos outros homens, às tarefas às quais se dedica, aos percalços que sofre. Esse sentimento vital se manifesta, na maioria das vezes inconscientemente, em tudo que o homem faz e diz; ele marca suas expressões faciais, provavelmente inclusive sua postura ao andar. Muitos homens têm a necessidade de colocar seu sentimento vital sob uma expressão particular, na qual ele se torna perceptível do modo concentrado e vigoroso. Se tais homens forem talentosos artisticamente, eles encontram na forma de uma obra de arte a possibilidade de se expressar. Já foi explicado por muitos (por exemplo, Dilthey e seus discípulos) como o sentimento vital se manifesta no estilo e nas características de obra de arte. (A esse respeito, utiliza-se com muita frequência a expressão “visão de mundo”; evitamo-la por causa de sua ambiguidade, por meio da qual se borra a distinção entre sentimento vital e teoria, que é, no entanto, decisiva para nossa análise). A esse respeito, apenas o seguinte é essencial para nossa reflexão: a arte é a forma de expressão adequada para o sentimento vital, a metafísica, entretanto, é uma forma inadequada. Em si mesma, não haveria naturalmente nada a objetar contra o emprego de uma forma de expressão qualquer. Mas no caso da metafísica a situação é que ela, por meio de suas obras, finge ser algo que não é. Essa forma é aquela de um sistema de proposições, que (aparentemente) estão em uma relação de fundamentação, isto é, na forma de uma teoria. Daí que seja forjada a ilusão de um conteúdo teórico, embora, como vimos, ele não esteja dado. Não apenas o leitor, mas também o próprio metafísico se encontra sob a ilusão de que algo é dito por proposições metafísicas, que estados de coisas são descritos. O metafísico acredita se mover no domínio em que se trata do verdadeiro e do falso. Na realidade, ele não disse nada, mas apenas trouxe algo à expressão, assim como um artista. Que o metafísico se encontre sob essa ilusão não podemos inferir imediatamente do fato de que ele tome a linguagem como meio de expressão e proposições declarativas como forma de expressão; pois o mesmo é feito pelo poeta lírico, sem cair, entretanto,

nessa auto-ilusão. Mas o metafísico aduz argumentos a favor de suas teses, ele exige a concordância com seu conteúdo, ele polemiza contra os metafísicos de outras orientações ao tentar refutar as proposições destes. O poeta lírico, ao contrário, não se esforça em sua poesia para refutar as proposições da poesia de outro poeta; pois ele sabe que ele se encontra no domínio da arte e não da teoria.

Talvez a música seja a forma de expressão mais pura para o sentimento vital, pois ela está completamente livre de tudo que diz respeito a objetos. O sentimento vital harmônico, que o metafísico pretende expressar em um sistema monista, é expresso mais claramente na música de Mozart. E se o metafísico exprime seu sentimento vital dualista-heróico em um sistema dualista, ele não o faz porque provavelmente lhe falte o talento de Beethoven para expressar esse sentimento vital na forma adequada? Os metafísicos são músicos sem talento musical. Por isso, eles possuem uma forte inclinação para trabalhar teoricamente, vinculando conceitos e pensamentos. Ao invés, por um lado, de cultivar essa inclinação no campo da ciência e, por outro lado, de satisfazer a necessidade de expressão na arte, o metafísico confunde ambos e forja uma forma que não produz nada para o conhecimento e produz algo inadequado para o sentimento vital.

Nossa suposição de que a metafísica é um substituto, embora inadequado, para a arte parece ser confirmada também pelo fato de que o metafísico, que talvez possua o maior talento artístico, a saber, Nietzsche, seja aquele que menos caia no erro de tal confusão. Uma grande parte de sua obra tem predominantemente conteúdo empírico; trata-se aí, por exemplo, da análise histórica de determinados fenômenos artísticos ou da análise histórico-psicológica da moral. Mas na obra em que expressa mais fortemente aquilo que outros exprimem por meio da metafísica ou da ética, a saber, no *Zarathustra*, ele não escolhe a enganosa forma teórica, mas escolhe explicitamente a forma artística, poética.

Acréscimo às provas. Para minha alegria, percebi, nesse meio tempo, que alguém do outro lado apresentou, em nome da lógica, uma rejeição enérgica da moderna filosofia do nada. Okar Kraus fornece em uma conferência (“Über Alles und Nichts“, Rádio de Leipzig, 1º de Maio de 1930; *Philosophische Hefte* 2, p.140, 1931) algumas indicações sobre o desenvolvimento histórico da filosofia do nada e diz, então, sobre Heidegger: “A ciência se ridicularizaria se ela o [o nada] tomasse seriamente (...) Pois nada ameaça o prestígio de qualquer ciência filosófica mais seriamente do que um reavivamento dessa filosofia de tudo e nada”. Além disso, Hilbert faz em uma conferência (“Die Grundlegung der elementaren Zahlenlehre”, Dezembro de 1930 na Philosophische Gesellschaft Hamburg; *Mathematische Annalen* 104, p.485, 1931) a seguinte observação, sem mencionar o nome de Heidegger: “Em

uma recente conferência filosófica, encontro a frase: ‘O nada é a negação pura e simples da totalidade do ente’. Essa frase é instrutiva, pois, apesar de sua brevidade, ilustra os principais obstáculos contra os princípios expostos em minha teoria da demonstração”.

Tradução de Antonio Ianni Segatto

Recebido em: 15.03.2015

Aceito em: 07.07.2016